



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRO-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

MARIA DO SOCORRO FERREIRA BEZERRA

DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL E INCLUSÃO NA SALA DE AULA

MONTEIRO-PB
2014

MARIA DO SOCORRO FERREIRA BEZERRA

DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL E INCLUSÃO NA SALA DE AULA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, (UEPB – Campus VI), em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Ms. Adeilson da Silva Tavares

MONTEIRO-PB
2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

B574d Bezerra, Maria do Socorro Ferreira.
Diversidade sociocultural e inclusão na sala de aula
[manuscrito] : / Maria do Socorro Ferreira Bezerra. - 2014.
43 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual
da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2014.

"Orientação: Prof. Me. Adeilson da Silva Tavares,
Departamento de Letras".

1. Educação multicultural. 2. Escola - diversidade. 3. Sala
de aula - inclusão. 4. Integração escolar. I. Título.

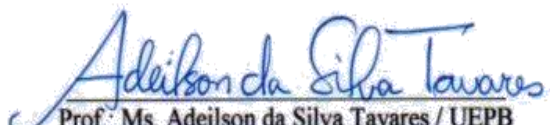
21. ed. CDD 370.117

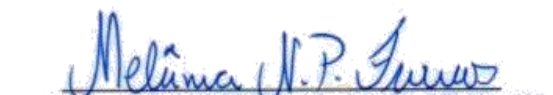
MARIA DO SOCORRO FERREIRA BEZERRA


DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL E INCLUSÃO NA SALA DE AULA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, (UEPB – Campus VI), em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 18/10/2014.


Prof.º Ms. Adeilson da Silva Tavares / UEPB
Orientador


Prof.ª Ms. Melânia Nóbrega Pereira de Farias / UEPB
Examinadora


Prof.º Ms. José Luiz Cavalcante / UEPB
Examinador

A Deus que esteve presente em todos os momentos, me ajudando a ter sabedoria e paciência nos momentos de cansaço e desânimo, para concluir este trabalho e chegar até onde cheguei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para a conclusão desse trabalho. Especialmente a minha família: Mônica e Francismar (meus filhos), Francisco (meu esposo), Stanley (meu neto) e Taciana (nora), pela paciência, carinho, atenção e as palavras de incentivo.

A meu orientador Adeilson da Silva Tavares, pelas orientações, o incentivo e o apoio no desenvolvimento do trabalho. E a todos os meus queridos professores da especialização que contribuíram para que conseguisse concluir mais esse período dos meus estudos.

Às pessoas da banca examinadora, pelas contribuições da leitura arguidora da minha monografia, além das dicas de melhoramento que contribuíram para melhorias consideráveis no meu trabalho.

As minhas colegas de turma com as quais dividi esses anos de estudo através de um auxílio mútuo de incentivo para vivenciarmos essa experiência de concluir a especialização, além dos trabalhos que fizemos em grupo, compartilhando as novas descobertas, discussões e reflexões sobre o ensino.

A riqueza Humana consiste na diversidade cultural, religiosa, do presente e do passado.

Willian M. Schneider

RESUMO

O presente trabalho aborda o estudo da diversidade sociocultural em uma escola da rede pública do Município de Monteiro-PB. Possui como objetivo principal analisar o ambiente escolar a partir da problemática da inclusão e da diversidade sociocultural no ensino básico do Município de Monteiro-PB. O estudo classifica-se como um estudo de caso, através de uma abordagem qualitativa, por meio de pesquisa de campo, com uma turma de 18 alunos (meninos e meninas) do 3ºano C, durante período de 5 meses. Os resultados mostram a deficiência comportamental que a escola possui com relação à diversidade sociocultural do alunado, ou seja, o déficit quanto à educação voltada para a diversidade. Para tanto, baseamos-nos em alguns estudiosos e leis como: *O Estatuto da Criança e o Adolescente* (2011), Cynthia Duk (2006), Jean Piaget (2007), J. A. M. Silva e M. R. L. Brandim em *Multiculturalismo* (2008), A. L. (1999), W. B. Ferreira e R. C. B. Martins (2007), entre outros. Assim percebemos que o tema da diversidade é tratado entre esses alunos de forma preconceituosa. Também se observou que a educação inclusiva está em contínuo processo de mudanças e que a formação continuada do docente torna-se imprescindível para responder a diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem de seus estudantes. Por fim, podemos afirmar que cada um é diferente no seu modo de pensar, expressar, agir e sentir. E em face desta situação, foi possível perceber que os alunos sempre apresentam diferentes atitudes e limitações: preconceitos como alunos negros ou com deficiência física, formas peculiares de aprender, preferências por determinadas situações de aprendizagem, utilizam materiais escolares com diferentes rendimentos, aprendem mais facilmente se o professor dirigir-se a eles de uma ou de outra maneira.

PALAVRAS – CHAVE: Educação. Diversidade Sociocultural. Inclusão.

ABSTRACT.

The present study addresses how sociocultural diversity is studied in a public, local school in Monteiro, Paraíba. Its main objective is to analyze the school environment in relation to the problematic of inclusion and the sociocultural diversity in elementary school. The study is classified as a case study with a qualitative approach, through five months of field study, of a third-grade class of 18 pupils (boys and girls). The results show that the school has a behavioral deficit in relation to the sociocultural diversity of the students, that is, a lack of education related to diversity. The study is based on some scholars and laws, such as: The Brazilian Statute on Children and Adolescents *O Estatuto da Criança e o Adolescente* (2011), Cynthia Duk (2006), Jean Piaget (2007), J. A. M. Silva and M. R. L. Brandim in Multiculturalism *Multiculturalismo* (2008), A. L. (1999), W. B. Ferreira e R. C. B. Martins (2007), among others. Thus, we perceive that the matter of diversity is treated with prejudice among these students. It was also noted that inclusive education is undergoing a continuous process of changes and that permanent teacher training is indispensable in order to respond to the diversity of the students' styles and rhythms of learning. Finally, we can affirm that every child has a different way of thinking, acting, feeling and expressing itself. In this situation, it was possible to perceive that the students always present different attitudes and limitations: prejudice against Afro-Brazilian or physically handicapped students, pupils with special ways of learning or preferences for certain learning situations, they use school materials with different degrees of efficiency, they learn more easily if the teacher addresses them in one way or the other.

KEYWORDS: Education. Sociocultural Diversity. Inclusion.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ONU – Organização das Nações Unidas.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

AEE – Atendimento Especial de Educação.

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
1.1 Educação.....	14
1.2 Toda pessoa tem direito à educação.....	14
1.3 A educação deve ser gratuita.....	16
1.4 A Educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao reforço do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais.....	16
1.5 Inclusão.....	17
1.6 Educação Inclusiva.....	19
CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO E ASPECTOS SÓCIOCULTURAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	22
2.1 Multiculturalismo.....	22
2.2 Cultura.....	23
2.3 Equidade de gênero.....	25
2.4 Conflitos na Escola.....	27
CAPÍTULO III - EDUCAÇÃO E ASPECTOS SÓCIOCULTURAIS NA ESCOLA	
MIGUEL SANTA CRUZ	29
3.1 Metodologia.....	29
3.2 Local de Estudo e Sujeito da Pesquisa.....	30
3.3 Técnicas de Coleta de Dados.....	30
3.4 Resultados e Discussões.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda o entrelaçamento dos temas da diversidade sociocultural e a inclusão escolar na sala de aula. Busca-se perceber o comportamento do aluno em relação à diversidade cultural que permeia o ambiente escolar, expondo o tema da diversidade sociocultural em sala de aula. Por outro lado, também analisa a participação de todas as crianças, com o intuito de perceber o ensino dos conteúdos curriculares de uma forma que permita também aos portadores de necessidades aprenderem.

Além disso, também se busca contribuir para que a comunidade escolar pense sobre as diversidades, os preconceitos e os consequentes conflitos que vive diariamente, demonstrando a importância do reconhecimento das diferenças existentes no ambiente escolar como elemento importante para a construção de um espaço escolar democrático.

Buscamos através dessa pesquisa também evidenciar a importância da inclusão que é um fator que tem despertado muita polêmica entre os educadores que se dividem ao posicionar-se a favor ou contra. Muitos alegam não estarem preparados para receberem este alunado, visto que não possuem informação adequada pra trabalharem com crianças portadoras de necessidades especiais. Outro aspecto é a heterogeneidade na sala de aula, fator este que é questionado por vários professores por causa da dificuldade em ensinar com tantas diferenças individuais.

Diante desses fatores, o presente estudo tem por finalidade investigar o seguinte problema: observar e refletir sobre as práticas pedagógicas que contemplem a diversidade sociocultural do alunado. A intenção desta investigação surgiu com base na pesquisa de campo, realizada em uma escola estadual, na 3º (terceira) série 'C' da Educação Básica, onde havia na sala de aula crianças e adolescentes, que não sabiam ler e/ou escreverem, outras que dominavam o conteúdo e outros fora da faixa etária.

Para tanto, utilizamos de algumas teorias sobre a diversidade cultural e o ensino, como alguns textos: *Educar na diversidade: material de formação docente* (2006), de Cynthia Duk, *Para onde vai a Educação?* (2007), de Jean Piaget, *Multiculturalismo e educação: em defesa da diversidade cultural* (2008), de J. A. M. Silva e M. R. L. Brandim, *Educação e diversidade cultural: um desafio da atualidade* (1999), de A. L. Valente, *De docente para docente: Práticas de ensino para a diversidade na educação básica* (2007), de W. B. Ferreira e R. C. B. Martins, entre outros.

Escolhemos esse problema de pesquisa para analisar o ambiente escolar a partir da problemática da inclusão e da diversidade sociocultural no ensino básico, para entender a consciência do corpo docente e compreender que a educação escolar deve considerar a diversidade dos alunos como elemento essencial a ser tratado para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem. No decorrer da minha trajetória profissional, percebo a grande diversidade sociocultural existente na sala de aula em relação aos seguintes aspectos: gênero, etnia / raça e conflitos do cotidiano escolar. Diante dessa diversidade sinto a necessidade de refletir e desenvolver práticas que contemplem a diversidade sociocultural na sala de aula, assim como o tema da inclusão escolar. Para tanto, partimos da observação da situação educacional, para que assim possamos investigar como isso influencia para o ensino-aprendizagem das crianças.

Além disso, buscamos um aprofundamento das teorias sobre o comportamento e a diversidade sociocultural que existe no 3º ano C da escola Miguel Santa Cruz e também as práticas que ajudam nessas dadas situações para que o ensino dos discentes consiga alcançar as metas estabelecidas.

Assim, compreendemos que diante da diversidade sociocultural existente na sala de aula e da inclusão escolar os professores e professoras têm um papel fundamental na organização de escolas para todos e para pôr em prática sua função social como educadores (as). Devem adquirir habilidades para refletir sobre as práticas de ensino em sala de aula, e para trabalhar em colaboração com seus pares a fim de contribuir na construção de abordagens educacionais dinâmicas e inclusivas, a partir das quais os estudantes com necessidades educacionais especiais têm acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem e de participação na vida escolar e na comunidade.

Dessa maneira a atuação do professor (a) deve levar em consideração os fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno, como também as características pessoais de déficit sensorial, motor ou psíquico, ou de super-dotação intelectual. Deve-se resgatar a autoestima dos alunos, garantir condições de aprendizagem a todos os alunos, seja por meio de incrementos na intervenção pedagógica ou de medidas extras que atendam às necessidades individuais.

Nosso estudo está dividido em três capítulos: no primeiro, expomos a fundamentação teórica utilizada para podermos elaborar conceitos sobre alguns aspectos sociais que serão usados na pesquisa; no segundo, abordaremos sobre os aspectos socioculturais e a educação infantil; e no terceiro, analisaremos os dados adquiridos através da pesquisa de caso, tendo como base as teorias expostas no primeiro capítulo.

Portanto, como afirma Paulo Freire: “a educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.

Nelson Mandela

CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Educação

O termo Educação vem sendo discutido pelos estudiosos ao longo do tempo, que busca uma melhor forma de se relacionar uns com os outros, incluindo o nível de cortesia, delicadeza e civilidade demonstrada por um indivíduo e sua capacidade de socialização:

Educação não é só ensinar, instruir, treinar, domesticar é, sobretudo formar autonomia do sujeito histórico competente, uma vez que, a educação não é o objetivo de ensinar, mas sim sujeito do processo, parceiro de trabalho. Trabalho este entre individualidade e solidariedade. (DEMO, 1996, p. 16).

Com base em Demo (1996), educar vai além de transmitir conhecimento, além de ter como intuito educar para a vida. Educar está voltado para a sociedade de um modo geral, sendo o processo que envolve o social, político, ético, histórico e cultural, ou seja, é auxiliar para que o aprendiz consiga através do ensino-aprendizagem uma autonomia no desenvolvimento da aprendizagem.

1.2 Toda pessoa tem direito à educação

Piaget (2007), no seu livro “Para onde vai a Educação”, aponta sobre os direitos a educação, mostrando que é tão essencial para o indivíduo ter uma boa formação quanto a própria vida. O direito à educação no mundo atual proposta na Declaração Universal dos Direitos do Homem, votada pelas Nações Unidas, (apud PIAGET, 2007, p. 27) diz no artigo. 26:

1. Toda pessoa tem direito a educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos no que diz respeito ao ensino elementar e fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve ser assegurado a todos, em plenas condições de igualdade, em função do mérito.

2. A educação deve visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. Ela deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos sociais ou religiosos, assim como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm por prioridade, o direito de escolher o gênero de educação a dar a seus filhos.
4. A educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais.
5. A educação deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, assim como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

A Educação é um processo contínuo e significa o meio em que os costumes, valores e hábitos de uma comunidade são transferidos de uma geração para outra. A educação se forma através de situações presenciadas e experiências vividas e deve reconhecer os fatores sociais na própria formação do educando. Piaget (2007) ressalta que:

Falar de um direito à educação é pois, em primeiro lugar reconhecer o papel indispensável dos fatores sociais na própria formação do indivíduo. Os comportamentos das pessoas são adquiridos por transmissão exterior, de geração em geração, isto é, através da educação, e só se desenvolvem em função de interações sociais múltiplas e diferenciadas [...]. (p. 29).

De acordo com Piaget, a educação é um processo contínuo de desenvolvimento das capacidades físicas, intelectuais e morais da criança, a fim de melhor se integrar na sociedade ou no seu próprio grupo.

Piaget (2007, p. 35) também afirma que:

O direito à educação é, portanto nem mais nem menos, o direito que tem o indivíduo de se desenvolver normalmente, em função das possibilidades de que dispõe, e a obrigação, para a sociedade, de transformar essas possibilidades em realizações efetivas e úteis.

Compreendemos através dessa colocação que todos devem ter direito a educação, assim como, tem o direito à vida, cabendo a sociedade elaborar formas de concretizar essa necessidade que servirá como um auxílio para que o indivíduo consiga se desenvolver e aprender de modo a ser possível cada vez mais fazer melhorias na forma de vida, além de transformar a existência desses indivíduos.

1.3 A educação deve ser gratuita

Na Declaração Universal dos Direitos do Homem (apud PIAGET, 2007, p. 27) diz que: “A educação deve ser gratuita, ao menos no que diz respeito ao ensino elementar e fundamental. O ensino elementar é obrigatório”. Assim, notamos a obrigatoriedade da gratuidade da educação básica, pois:

O ensino de primeiro grau é legalmente obrigatório por lei em quase todos os países. Mas é preciso não se deixar iludir: tal situação de direito não poderia ainda corresponder a uma aplicação universal da lei, já que o número de escolas e de professores permanece insuficiente relativamente à população em idade escolar. Todos os anos um novo contingente de jovens analfabéticos se vem somar, em um conjunto relativamente importante de países, ao já considerável contingente de analfabéticos adultos. Essa a razão pela qual uma das primeiras tarefas educativas que se propõe a UNESCO é a luta contra o analfabetismo: vasta campanha em prol da “educação fundamental” foi levada a efeito nas regiões do globo onde a civilização moderna é recente (em certas regiões da África e da Ásia, por exemplo). (PIAGET, 2007, p. 36-37).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos criou por lei a educação elementar e fundamental gratuitamente a fim de que todos os indivíduos se esforcem pelo ensino e pela educação. Porém, precisa-se que não se deixe enganar por tal situação. Desse modo, sabendo-se que a Educação em nosso país deixa a desejar em vários aspectos, tais como analfabetismo, evasão, entre outros.

Diante dessa realidade a educação deveria promover a relação e o respeito mútuo entre grupos socioculturais, por meio de processos democráticos e dialógicos. Percebemos através disso que vivemos numa sociedade culturalmente plural, sendo essencial conhecer a formação da identidade dos sujeitos de modo a fortalecê-la, assim como, reconhecer e respeitar cada uma e todas elas.

1.4 A Educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao reforço do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais

Piaget (2007, p. 53) diz que:

Visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao fortalecimento dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, consiste em formar indivíduos capazes de autonomia intelectual e moral e

respeitadores dessa autonomia em outrem em decorrência precisamente da regra de reciprocidade que torna legítima para eles mesmos.

Podemos afirmar a esse respeito que é essencial que o professor valorize no alunado suas experiências e seus conhecimentos prévios, para que ele sinta-se um sujeito autônomo, pois a autonomia só será efetivamente alcançada por meio de investimentos sistemáticos ao longo de toda sua vida escolar.

1.5 Inclusão

Conforme Pereira (2014), inclusão é um movimento que acontece em todo o mundo de luta das pessoas com deficiência ou de seus familiares na busca de seus direitos e lugar na sociedade, no trabalho, nos movimentos sociais, nas manifestações culturais e na educação.

Todas as crianças são merecedoras de uma infância feliz e devem ter direito à educação, a cultura, ao esporte e ao lazer, sem distinções ou discriminações por motivo de raça, etnia, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza. No Brasil, *O estatuto da criança e do adolescente* (2011), conforme a Lei nº 8.069/90, preconiza que:

Art.53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhe:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado por seus educadores;

III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;

V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (BRASIL, 2011, p. 27; grifos do autor).

Conforme pontua esse artigo, entendemos os direitos que toda criança e adolescente tem a educação, de maneira igualitária, além da responsabilidade dos pais ou responsáveis de se manterem informados sobre a educação e as atividades desenvolvidas durante os anos de formação educacional. Assim como, também é dever do Estado que:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

- II** – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
 - III** – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
 - IV** – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
 - V** – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
 - VI** – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
 - VII** – atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- §1º** O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
- §2º** O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.
- §3º** Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela freqüência à escola. (BRASIL, 2011, p. 27).

Percebemos que através dessa lei o Estado deve assegurar a criança e ao adolescente, os meios essenciais para a sua educação, como: capacitação dos educadores, alimentos, transporte, acesso ao ensino obrigatório e gratuito, entre outros, que contribuem para o desenvolvimento da aprendizagem. Já aos pais ou responsáveis cabe:

- Art. 55.** Os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.
- Art.56.** Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:
- I** – maus-tratos envolvendo seus alunos;
 - II** – reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
 - III** – elevados níveis de repetência.
- Art. 57.** O poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.
- Art. 58.** No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.
- Art. 59.** Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude. (BRASIL, 2011, p. 27-28).

Dessa forma, notamos que é dever dos pais ou responsáveis a matrícula dos filhos e a direção da instituição avisar ao conselho os casos omissos ou evasão, maus-tratos, mas também há importância do respeito aos valores culturais, artísticos e histórico, enquadrados no

contexto social dos discentes. Além disso, os discentes têm direito a recursos para a participação em eventos de esportes, lazer e cultura, sendo subsidiados pelos municípios com auxílio do Estado e da União.

1.6 Educação Inclusiva

A educação inclusiva está direcionada no processo de inclusão de pessoas com deficiência física ou mental. Com isso as escolas vêm desenvolvendo projetos para que esses alunos possam interagir com os demais sem que se sintam excluídos do grupo de aprendizagem ou até mesmo do meio social:

Educação inclusiva diz respeito á capacidade das escolas para educar todas as crianças, jovens e adultos, sem qualquer tipo de exclusão. A inclusão implica portanto desenvolver escolas que acolham a todos os estudantes independentemente de suas condições pessoais, sociais ou culturais. (DUCK, 2006, p. 57).

A educação inclusiva está voltada para a transformação de uma sociedade inclusiva, é um processo amplo na participação de todos os estudantes no ensino regular. Nos últimos tempos se trabalha muito a respeito do assunto, já que a inclusão se expande na sociedade contemporânea no que diz respeito ao desenvolvimento, práticas e ações inclusivas contra o preconceito.

O conceito de inclusão é mais amplo que o de integração, porque enfatiza o papel da escola comum na sua tarefa de prestar atenção a todos os alunos. A inclusão constitui um enfoque inovador para identificar e abordar as dificuldades educacionais que surgem durante o processo ensino-aprendizagem.

Ferreira e Martins (2007) conceituam inclusão quando diz em que:

Inclusão diz respeito a melhorar a escola para todos e combater todas as formas de exclusão, segregação e discriminação no contexto escolar. Ao mesmo tempo, inclusão diz respeito à promoção de oportunidades igualitárias de participação. Numa escola inclusiva, todos são considerados iguais e têm o mesmo valor. Assim a escola que é inclusiva está em continua processo de mudança para assegurar o acolhimento de cada um dos alunos ou dos membros da comunidade à escolarização bem como sua aprendizagem. (FERREIRA; MARTINS, 2007, p. 22).

Os alunos são diferentes, e o professor tem o dever de propor atividades variadas, adaptadas as necessidades e ao nível de cada um. Mesmo fazendo essas adaptações, os indicadores nos levam a perceber que o tema da inclusão ainda não faz parte do cotidiano de muitas escolas de forma sistematizada e reflexiva. Sem dúvida, precisamos pensar uma educação que ensine o aluno a compreender a sua própria realidade, a entender o seu papel na sociedade, a fim de ser um cidadão consciente, apto para a vida, o trabalho e o convívio social.

Atualmente um conjunto de leis garante as pessoas com deficiência a terem os seus direitos civis respeitados como qualquer outra pessoa, ou seja, pessoa com deficiência é um sujeito de direito como qualquer outro cidadão. Portanto, deve ser-lhe assegurado seu direito a vida na família, na comunidade; seu acesso à educação e a todas as outras esferas sociais.

Neste sentido a Convenção dos Direitos Humanos da pessoa com deficiência (ONU, 2006) estabelece que seja necessário começar por:

[...] reconhecer as valiosas contribuições existentes e potenciais das pessoas com deficiência ao bem-estar comum e à diversidade de suas comunidades, e que a promoção do pleno desfrute, por pessoas com deficiência, de seus direitos humanos e liberdades fundamentais e sua plena participação na sociedade resultará na elevação do seu senso de fazerem parte da sociedade e no significativo avanço do desenvolvimento humano, social e econômico da sociedade, bem como na erradicação da pobreza. (ONU, 2006, p. 2).

De acordo com a ONU (2006) é fundamental o reconhecimento das pessoas com deficiência, para que se sintam valorizadas no meio social, contribuindo com suas potencialidades para o bem-estar comum da comunidade, onde elas estão inseridas.

No ano 2000, segundo Ferreira (2012, p. 158) foi acelerada a política pública educacional direcionada à rede de ensino público para o crescimento de escolas inclusivas. Dessa forma, inúmeras leis, resoluções e decretos foram aprovados, garantindo o direito da pessoa com deficiência ao acesso à educação nas escolas regulares, além de acelerar a qualidade da oferta educacional para os cidadãos através da focalização das especificidades da aprendizagem desses discentes.

Destacamos, dentre os vários documentos oficiais, os que consideramos mais importantes para a inclusão dos estudantes com deficiência na rede pública de ensino:

Lei de Libras (Lei 10.436, de 24/12/2002) e o respectivo Decreto-Lei 5.626 de 02/12/2004, que a regulamenta. Essa lei inclui a Libras como componente curricular nos cursos de formação de professores de Magistério (nível médio) e superior (licenciaturas) e também nos cursos de Fonoaudiologia.

Além disso, esse decreto regulamenta a formação de Libras em nível de graduação universitária e de instrutor de Libras em nível médio. (FERREIRA, 2012, p. 158; grifos do autor).

Assim, destacamos a importância da vigência dessa lei para a formação de professores, a fim de atender alunos com esse tipo de deficiência, mas que ainda falta uma maior ampliação para que se tenham melhorias maiores e mais consideráveis, pois não é apenas nesses níveis que se têm esses casos especiais, no entanto, sabemos que já é um avanço considerável, tendo em vista que nunca havia se pensado numa Lei para esses casos:

Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Portaria SEESP/MEC 948/2007, de 07/12/2008), que tem como objetivo orientar políticas públicas estaduais e municipais de inclusão no território nacional, por meio da implantação na rede do “Atendimento Educacional Especializado” (AEE). Como consequência desse documento, em 02/10/2009, foi aprovada a Resolução nº 4 do Conselho Nacional de Educação, que dispõe sobre as diretrizes operacionais para esse tipo de atendimento. (FERREIRA, 2012, p. 158; grifos do autor).

Nesse sentido, cabe destacar que todos os instrumentos legais existentes não asseguram, na realidade, que a lei seja cumprida por completo, pois disso depende o desenvolvimento da conscientização da sociedade, de políticas públicas e, em particular, dos professores, direções, pais e alunos quanto aos direitos incondicionais das pessoas com deficiência, que, tanto quanto qualquer um de nós são sujeitos de direitos mesmo com a distância que ainda existe entre a lei e as experiências que afetam o cotidiano da vida das pessoas com deficiência no ambiente escolar, as leis são fundamentais para provocar mudanças sociais e, sobretudo, para serem aplicadas sempre que sua violação acontecer. Com isso, a legislação assegura a qualquer pessoa com deficiência e sua família a defesa de seus direitos.

No próximo capítulo, teremos algumas explicações sobre as questões da discriminação, do preconceito e dos conflitos sociais que muitas vezes, consideramos conhecer tão bem. Mas na realidade essas questões necessitam de uma maior reflexão.

A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.

Nelson Mandela

CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO E ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 Multiculturalismo

O multiculturalismo é um movimento teórico e social em defesa das lutas dos grupos culturais negros e outras minorias, na tentativa de combater preconceitos e discriminações existentes na sociedade e no espaço escolar.

Para as autoras Silva e Brandim (2008, p. 52),

Pensar sobre multiculturalismo e educação pressupõe analisar concepções e experiências pedagógicas baseadas nesse movimento teórico que se iniciou em meados do século XX nos Estados Unidos e que se difundem no mundo ocidental como forma de enfrentamento dos conflitos gerados em função das questões econômicas, políticas e, mormente étnico-culturais na tentativa de combater discriminações e preconceitos, haja vista as dificuldades de indivíduos e grupos de acolher e conviver com a pluralidade e as diferenças culturais.

Notamos que o multiculturalismo surge com essa necessidade de se criar movimentos para discutir sobre desafios que envolvem aspectos políticos, econômicos e até étnico-culturais, tentando minimizar os preconceitos e discriminações. Sobre isso Valente (1999, p. 63) argumenta: “Aceitar as diferenças e enriquecer-se com elas continua a ser um problema que hoje ninguém sabe resolver porque supõe o reconhecimento da alteridade [...]”. Há ainda uma visão equivocada sobre as diferenças e o que poderia servir de formas de engrandecimento da população nada mais é do que uma problemática por não aprenderem a respeitar a diferença do outro.

Segundo Silva e Brandim (2008) vários obstáculos se interpõem na convivência pacífica na educação:

[...] um dos obstáculos que se interpõe na busca da convivência pacífica e tolerante relaciona-se à visão de que, não raro, a diferença é associada à inferioridade e desigualdade, e o “outro” – que é diferente porque diverso e plural torna-se inferior [...]. (SILVA; BRANDIM, 2008, p. 53).

Com base nas autoras supracitadas, multiculturalismo pode ser entendido como hibridismo, diversidade étnica e racial, ou seja, é a existência de uma grande diversidade cultural num determinado local, cidade ou país.

Diante dessa diversidade entendemos que as várias formas de discriminações existentes nas sociedades humanas provam o quanto é complicado conviver com tudo que é contrário aos valores e posturas que julgamos serem as melhores. Dessa forma, considerar a alteridade como campo de estudo e valorização é o meio mais eficaz para resolver o problema da discriminação.

2.2 Cultura

Para compreender o significado da cultura, é importante compreender também o significado e os elementos que a compõem. De acordo com Dias (2003, p.14): “a cultura humana pode ser compreendida como o agrupamento de diversas subculturas”. Deste modo, pode-se dizer que na cultura brasileira, encontraremos subculturas: feminina, masculina, paraibana, xavante caipira, gaúcha, entre outras.

Tylor (1871, *apud* DIAS, 2003, p. 17) afirmou que, “cultura é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, direito, costumes e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. Malinowsky (1997 *apud* DIAS, 2003, p. 17-18) afirmou que: “a cultura consiste no conjunto integral dos instrumentos e bens de consumo, nos códigos constitucionais de vários grupos da sociedade, nas ideias e artes, nas crenças e costumes humanos”.

O Dicionário de Sociologia Globo (1981) define cultura, (*apud* DIAS, 2003, p. 17) como: “sistema de ideias, conhecimentos, técnicas e artefatos, de padrões de comportamento e atitudes que caracteriza uma sociedade”.

De acordo com as definições acima, cultura é tudo que o ser humano cria e recria. São suas ideias, artefatos, costumes, crenças, leis, conhecimentos adquiridos a partir de interações sociais.

Seja qual for a sociedade cada uma possui a sua própria cultura, ou seja, cada cultura é diferente no seu modo de pensar, expressar, agir e sentir. Para entender a cultura de uma sociedade é necessário estudar tudo o que lhe diz respeito: o trabalho científico e social de reconstrução dos modos de vida, dos indivíduos e dos grupos, das relações com a natureza,

com a ordem social e com os símbolos. Os símbolos são figuras, imagens, sinais, marcas que representam valores morais, exemplos de vida admirados e lembrados pela população. Da mesma maneira, as conquistas, as descobertas, os movimentos de mudança social, religiosa, política criam marcas que são identificadas como símbolos para a população.

A cultura é a parte da vida social. Os acontecimentos ligados a elas têm a ver com os processos econômicos e os jogos de poder que estão presentes em todas as relações sociais. Podemos constatar que estes nem sempre são compreendidos por toda a sociedade, considerando a desigualdade existente em nosso meio social.

A cultura do povo brasileiro é fruto da evolução da história dos grandes grupos populacionais que deram origem ao povo brasileiro. Dentro de cada um desses grupos existem diferenças de cultura. As comunidades indígenas são distintas entre si, os negros africanos que vieram da África, trouxeram crenças, costumes, saberes e manifestações culturais diferentes. Os brancos, entre outros grupos, vieram do continente europeu e asiático falando idiomas distintos, assim como modo de vida de produção, artes, religião, manifestações culturais diversificadas.

Todos esses aspectos tornaram o Brasil um país diferente, formando-se um povo com características culturais próprias, que é o resultado desta grande miscigenação, ocorrida ao longo do tempo.

Destes grupos populacionais, os negros foram as principais vítimas do preconceito e discriminação racial.

A conquista dos direitos dos afro-brasileiros é resultado de um intenso processo de luta pela liberdade de seu povo que contribuíram para a construção da cultura brasileira.

Segundo Rodrigues (2012, p. 34) diz em seu artigo:

Em 2008, a Lei nº 10.639, de 2003 incluindo o ensino da história e cultural indígena nos currículos brasileiros de educação básica. As diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Brasileira e Africana. (Parecer CNE/CP 3/2004) apontam para a importância do reconhecimento e da valorização das contribuições dos africanos e seus descendentes na formação da nação brasileira. Além disso, mostram a necessidade de combater discriminações e racismos e de trazer para o cotidiano da escola conteúdos ligados às africanidades.

Podemos mencionar que a cultura é uma arma consistente de participação na luta pela redução das desigualdades sociais e pela a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

2.3 Equidade de Gênero

Gênero é um modo de representar as diferenças sexuais, ou seja, de dar significado a essas diferenças, numa perspectiva heteronormativa. De acordo com Foucault (1988), o gênero tem como definição a base da heterossexualidade, ou seja, o macho da fêmea, o masculino do feminino, bem como a orientação sexual (heterossexual ou homossexual), de modo que o “normal” é ser heterossexual, a mulher feminina e o homem masculino. As mulheres e homens de orientação homossexuais como as lésbicas são representadas geralmente como masculinas e os gays como femininos, embora existam homens e mulheres que não estão dentro dos padrões de masculinidade e feminilidade atual e não são homossexuais, bem como homens e mulheres que apresentam aparências masculinas e são gays; e mulheres com aparência femininas e são lésbicas.

De acordo com Duk (2006) as questões de gênero tem representado um elemento diferenciador em todos os aspectos das nossas vidas: na família, na convivência social, em centros de educação formal e não formal em áreas de lazer, em atividades religiosas, etc. É importante entender o conceito de gênero e pôr em prática a análise crítica das relações escolares, do currículo e da prática pedagógica com a finalidade de desenvolver práticas pedagógicas não sexistas, não-androcêntricas, não-homofóbicas promotoras da equidade de gênero, da diversidade sexual e de gênero. É fundamental transformar as relações de gênero e de dominação masculina para construir uma cultura sem discriminação. Ainda segundo a autora Duk (2006) a discriminação faz parte do cotidiano escolar:

A discriminação com base no sexo está presente no cotidiano escolar, dentro do qual continuam sendo adotados modelos que preservam uma atitude discriminatória “tradicional”, as quais implicam atitudes e expectativas distintas entre meninos e meninas, e modelos que impõem e generalizam a cultura e os valores masculinos como universais. (DUK, 2006, p. 85).

Apesar do compromisso com a superação da desigualdade de classe social no discurso e na prática educacional escolar podemos perceber que temos caminhado a passos lentos no sentido de acolher as diversidades culturais, principalmente, quando assumimos práticas preconceituosas, racistas, estereotipadas ou xenofóbicas diante do outro. Duk (2006) ressalta que:

Na escola prossegue-se perpetrando uma educação que, diferencia o que é adequado para as meninas e o que é próprio para os meninos. Se oculta o feminino, reforçando-se uma única forma de entender a vida, a do gênero masculino. Os educadores e as educadoras não se comportam da mesma maneira com as crianças. Desde a infância, meninos e meninas recebem mensagens machistas em todas as esferas da vida e por tanto inconscientemente aprendem e transmitem o que aprenderam. (DUK, 2006, p. 86).

Embora pouco reconhecível, a temática de gênero é muito importante e imprescindível quando se enfocam temas como identidade da criança, corpo, aprendizagem, brinquedos e brincadeiras.

Ainda que as relações de gênero constituam tema transversal curricular na educação brasileira, são pouco estudadas e compreendidas em suas implicações para a experiência escolar e o seu desempenho acadêmico dos estudantes e das estudantes e para a vida individual e social. Por isso, a inquietação com a não reprodução e desconstrução das relações de gênero nem sempre é explicitada no planejamento pedagógico das escolas.

Ao abordar a temática sobre as relações de gênero em sala de aula, o professor deve compreender, antecipadamente, que o tema é bastante abrangente e muitas vezes não é possível realizar uma delimitação sobre a temática, pois o gênero é um princípio de identificação que se refere há padrões sociais e de comportamento que são drasticamente alterados pelo contexto histórico (CARVALHO, 2012).

Em outras palavras, a noção de gênero é construída culturalmente a partir das relações de poder e não determinada por condições biológicas. Sendo assim, condições biológicas não servem como parâmetros para a classificação ou definição dos gêneros:

Homem forte, corajoso, racional, portanto, provedor, governante; mulher frágil, medrosa, emotiva, portanto, cuidadora, submissa. Em outras palavras, o gênero opera mediante a atribuição de papéis sociais e comportamentos ‘masculinos’ e ‘femininos’ arbitrariamente definidos e impostos. Inventou-se que é o próprio de homem guerrear, manusear máquinas e próprio da mulher cuidar de acalantar. Essa invenção vem da antiga divisão sexual do trabalho baseada na reprodução biológica (CARVALHO, 2012, p. 110).

Além disso, as relações de gênero em sala de aula também envolvem o contexto da diversidade sexual, e suas diversas categorias: *gays*, lésbicas, bissexuais e outras categorias diferentes da categoria hétero, que estão presentes em sala de aula, mas muitas vezes são tratadas de maneira pejorativa ou até mesmo discriminatórias devido a sua conduta e/ou comportamento sexual. Tal tratamento é resultado de uma postura preconceituosa contra aqueles que contrariam a conduta hegemônica hétero. Cabe então, ao docente, dialogar com a

turma sobre a diversidade de gêneros presentes em sala de aula e sobre o preconceito que muitos sofrem em classe.

Carvalho (2012) afirma que o interesse pela problemática das relações de gênero na nossa política educacional e curricular recente foi apresentada em 1998 pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, no tema transversal sobre a Orientação Sexual (BRASIL, 1998). Nesse mesmo ano, o referencial curricular nacional para a Educação Infantil (Brasil, RCNEI, 1998 b, 1998 c, 1998 d) destacava, nas suas orientações didáticas, a preocupação com a não reprodução de identidades e papéis de gênero estereotipados.

2.4 Conflitos na Escola

De acordo com as autoras Furtado e Franarin (2009), a infância é marcada por muitas transformações e descobertas. A criança vive momentos de imaginação e criatividade, instantes valiosos, que necessita de um adulto para ser seu guardião. É exatamente pelos cuidados de um adulto que a criança é conduzida para a vida em sociedade.

Furtado e Franarin (2009, p. 36) diz que:

[...] as crianças aprendem menos através do contato direto com situações vividas pelos adultos, passando a aprender mais na escola, instituição compreendida como um espaço físico de acesso ao saber, de relações diversificadas de cuidados e controles.

Com base nas autoras supracitadas, é no brincar e no aprender que a criança aprenderá a relacionar-se com as outras crianças, a fazer amigos e a resolver os possíveis conflitos e desafios que certamente surgem a partir do conviver em grupo. É no espaço escolar que a criança estará sob a liderança do professor, sendo orientada por sua mediação e intervenção.

Para mediar esses conflitos é necessário o docente manter-se calmo e conhecer as principais características do desenvolvimento da criança conforme sua faixa etária e o seu contexto sócio emocional. Para Vygotsky (2001, p. 278) apud, (Furtado e Franarin, 2009, p. 37), “a criança passa efetivamente por muitos estágios de adaptação ao meio social e as funções do seu comportamento social modificam-se intensamente em face dessa ou daquela fase etária”. Ainda segundo Furtado e Franarin (2009, p. 37): “[...] a medida que vivenciam experiências com outras crianças, elas também desenvolvem seu raciocínio, enriquecendo

suas relações com o mundo e com os outros. A experiência desse convívio social aparece nas brincadeiras e nos jogos [...]”.

Nesse sentido, é necessário as crianças brincarem com outras crianças para poder desenvolver suas habilidades e raciocínio lógico. É no brincar que elas interagem com outras crianças e se sentem felizes.

Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência.

Karl Marx

CAPÍTULO III – EDUCAÇÃO E ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS NA ESCOLA MIGUEL SANTA CRUZ

3.1 METODOLOGIA

Quanto aos aspectos metodológicos desta pesquisa, observa-se que é do tipo qualitativa, segundo Vergara (2007), a pesquisa pode ser considerada quanto aos fins e quanto aos meios. Por tanto, quanto aos fins pode ser considerada uma pesquisa exploratória, descritiva e estudo de caso, quanto aos meios trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo. Para Severino (2007, p. 47) a investigação explicativa tem como principal objetivo tornar algo inteligível, justificar os motivos. Visa por tanto esclarecer quais fatores contribuem para a ocorrência de determinado fenômeno.

Ela também se classifica com uma pesquisa pela observação participante, que implica saber ouvir, ver, fazer uso de todos os sentidos. É preciso aprender quando perguntar e quando não perguntar, assim como que perguntas fazer na hora certa (VALLADARES, 2007, p. 303). As entrevistas formais são muitas vezes desnecessárias (VALLADARES, 2007, p. 304), devendo a coleta de informações não se restringir a isso. Com o tempo, os dados podem vir ao pesquisador sem que ele faça qualquer esforço para obtê-los. Por tanto, pretendeu-se observar o comportamento do aluno e a diversidade sociocultural existente na sala de aula do 3º ano da Escola Miguel Santa Cruz. Esta pesquisa se caracteriza também como um estudo de caso. Que conforme Severino (2007, p. 121) o estudo de caso: “é uma pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular (...) a coleta de dados e sua análise se dão da mesma forma que nas pesquisas de campo, em geral”. Nesta pesquisa foi analisada a importância do conhecimento das diferenças existentes na sala de aula como elemento importante para a construção de um espaço escolar democrático.

3.2 Local de Estudo e Sujeitos da Pesquisa

Este estudo foi realizado, na sala do 3º Ano, em uma escola pública do município de Monteiro – PB, no período de fevereiro a junho de 2014.

A instituição oferece o Ensino Fundamental I e II, nos turnos manhã e tarde e a noite a Educação de Jovens e Adultos. O quadro de funcionários é composto por 50 professores, 28 funcionários de apoio, dando um total de 78 funcionários. Atualmente a escola tem 728 alunos matriculados. Em 2011 o IDEB da escola foi 4,4 e em 2013 4,31, oferecendo assim um ensino de qualidade aos seus alunos.

Em 2012 e 2013 a escola foi premiada com os prêmios “Mestre da educação” e “Escola de valor”. Seu espaço físico é composto por: salas de aula, secretária, laboratório de informática, biblioteca, sala dos professores, sala da coordenação do mais educação, sala de Atendimento de Educação Especial (AEE), cozinha, banheiros, etc. A escola, passou por uma reforma na parte do telhado e pintura, recebeu quadros novos e ventiladores, encontra-se com melhores condições de funcionamento; oferecendo um ambiente mais saudável e acolhedor.

A população estudada constituiu-se de 18 alunos matriculados no 3ºAno, na faixa etária de 8 a 14 anos, sendo 7 meninas e 11 meninos. Destes 9 com idades de 8 anos, sendo 5 meninas e 4 meninos; 3 com idade de 9 anos, sendo 1 menina e 2 meninos, 2 com idade de 10 anos, sendo 1 menina e 1 menino e os demais com idade de 11, 12, 13 e 14 anos, sendo 4 meninos. Desse universo 7 crianças dominam a leitura, 6 estão em processo e 5 não sabem ler. Vale salientar que: 6 alunos já estudavam nesta escola, desde a pré-escola e 12 vieram de outras escolas, ou seja, foram matriculados no corrente ano. São crianças e adolescentes pertencentes à famílias de classe baixa, moradoras em sua maioria da zona urbana e em sua minoria da zona rural. Todos possuem o Ensino Fundamental incompleto e trabalham na agricultura, como pedreiros e em serviços domésticos; destas famílias treze recebem o benefícios do bolsa família.

3.3 Técnicas de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada nos meses de fevereiro a junho de 2014, após minha aprovação já que sou a professora desta unidade escolar na sala do 3º ano C e faço parte do Conselho Escolar. Para efeito da presente pesquisa optou-se pela técnica de observação direta

por essa melhor permitir, conforme Juan Delval (2002), obter de forma mais rica e detalhada as informações numa pesquisa de campo.

Com o objetivo de observar e participar da diversidade sociocultural aprendida e reproduzida por crianças e adolescentes de 8 a 14 anos durante as atividades, jogos e brincadeiras nos espaços da instituição de uma sala de aula heterogênea do município de Monteiro-PB, buscou-se vivenciar as diversas narrativas apresentadas por elas por meio da reprodução de suas ações no ato de estudar e brincar nos momentos de recreação. Dessa maneira, as narrativas e as imagens coletadas nos momentos da aula, de brincadeiras no pátio da escola e fora dela foram agrupadas de acordo com as seguintes abordagens:

- os tipos de brincadeiras escolhidas por meninos e meninas;
- a participação nas atividades no cotidiano escolar;
- o conviver com o outro.

Para atender o objetivo geral desta pesquisa que é analisar o ambiente escolar a partir da problemática da inclusão e da diversidade sociocultural existente no ensino básico do 3º ano C da Escola Miguel Santa Cruz em Monteiro – PB, os resultados obtidos na observação direta foram tratados qualitativamente, fundamentando-se teoricamente.

3.4 Resultados e Discussões

Os resultados obtidos em relação aos tipos de brincadeiras escolhidas pelas crianças em um dos momentos de recreio em que elas são deixadas livres para brincar uns com os outros, pôde-se observar que as meninas escolheram somente “brincadeiras de meninas”, os meninos optaram por “brincadeiras de meninos”. Algumas dessas situações são transcritas a seguir.

Brincadeiras e Diversão

As crianças são levadas para o pátio da escola destinado para elas brincarem livremente. Os brinquedos disponíveis eram bolas e bambolês. As meninas imediatamente correm escolhendo os bambolês e os meninos em sua maioria pegam a bola, fazem o time e jogam futebol no pavilhão. Meio tímidos 2 (dois) dos meninos misturam-se as meninas e escolhem os bambolês. Nesse momento um dos meninos fala: “É mulherzinha? Bambolê é brinquedo de menina”. (Aluno, 8 anos, pardo). Tal situação mostra que a existência do

preconceito está em toda parte, até mesmo nas crianças, que desde pequenas algumas delas passam a criticar até a brincadeira do outro.

Os resultados obtidos quanto à escolha dos brinquedos verifica-se que as meninas preferem brincar com os bambolês e os meninos em sua maioria com a bola. Nas observações pôde-se constatar que as meninas ficavam muito entretidas com os bambolês. Ficavam todo o tempo de posse deles. As crianças mostravam com bastante clareza uma sexualidade na separação e classificação dos brinquedos. Este resultado pode ter sido influenciado pela distinção de brinquedos ofertados as crianças, os quais eram bastante definidos para o que era de meninas e o que era de meninos, uma vez que os brinquedos foram distribuídos separadamente.

Foto 1: Brincadeiras e Diversão



Fonte: Imagem da pesquisa

Foto 2: Brincadeiras e Diversão



Fonte: Imagem da pesquisa

Louro (1997) afirma que a escola tem grande parcela de contribuição neste processo. A autora aponta para o modo como as instituições e suas práticas ensinam determinadas concepções, envolvendo os sujeitos do processo educativo as formas de comportamento e atitudes, diferenciadas pelo sexo, fazendo com que aprendidas e interiorizadas de forma praticamente “natural”. “Tal “naturalidade” tão fortemente construída talvez nos impeça de notar que no interior das atuais escolas, onde convivem meninos e meninas, rapazes e moças, eles e elas se movimentam, circulam e se agrupam de formas distintas” (LOURO, 1997, p. 56).

Percebe-se que o problema do preconceito de gênero, que afeta meninos e meninas, nas salas de aula e nos espaços da escola é baseado em um sistema educacional que produz as estruturas de poder e de privilégio de um sexo sobre o outro em nossa sociedade.

Participação nas atividades

Sobre a participação dos alunos nas atividades do cotidiano escolar a que merece destaque foi a leitura do poema: *Aprendendo sobre as diferenças*¹. Após a leitura o aluno negro de 8 anos, demonstra o preconceito com sua própria cor. No momento de responder a seguinte questão: “A cor da minha pele é?”; O aluno respondeu “moreninha” em vez de responder: “a minha pele é negra”. Demonstrando assim, o preconceito com a sua própria cor.

¹ Rodrigo Estramanho de Almeida.

Foto 3: Atividade sobre o poema: Aprendendo sobre as diferenças



Fonte: Imagem da pesquisa

Foto 4: Atividade sobre o poema: aprendendo sobre as diferenças



Fonte: Imagem da pesquisa

Em outro momento um aluno (12 anos) negro se posiciona na condição de dominante ou de dominado, sabemos que em todos os grupos culturais há aqueles que são discriminados e discriminadores. Podemos mencionar, a título de exemplificação, o caso de um aluno negro

que é discriminado por outro branco, mas, trata com desprezo o aluno com deficiência. Essas explicações foram observadas nas falas dos sujeitos abaixo:

“Os negros são todos bestas!”
(Aluna, 8 anos, branca).

Negro discrimina o aluno que tem uma deficiência no ouvido e orelha, dizendo:

“Sai orelhinha!”
(Aluno, 12 anos, negro).

Convivência no Cotidiano Escolar

Com relação à convivência com o outro foi possível observar que cada aluno se apresenta de maneiras diversificadas, em relação às características pessoais, a fatores sociais e culturais e a história educativa de cada um.

Exatamente por serem tão diversos, eles precisam que a gente invente modos diferentes de ensinar e de lidar com os possíveis conflitos e desafios que surgem a partir do convívio em grupo.

Foto 5: Atividade de uma sequência didática



Fonte: Imagem da pesquisa

Foto 6: Estudo do poema: A casa e o seu dono



Fonte: Imagem da pesquisa

Neste caso, foi possível constatar que a infância de uma criança é marcada por muitas transformações e descobertas. É nestes momentos que vão florescendo a imaginação e a criatividade.

Foto 7: Momento de recreação fora da escola



Fonte: Imagem da pesquisa

Foto 8: Momento de recreação fora da escola



Fonte: Imagem da pesquisa

É também, na infância que a criança começa a entender o espaço em que vive e a criar sua visão de mundo, ela precisa lidar consigo mesma e com os outros que o cercam. Sabemos que o conviver sempre é complexo e nestes momentos é necessária a presença de um adulto, para a medição desse processo.

Foto 9: Momento em que surge alguns conflitos entre eles



Fonte: Imagem da pesquisa

Como exemplo, podemos citar os momentos em que surgem os conflitos entre eles: xingamentos e até agressões. Segundo Vygotsky (apud FURTADO e FRANARIN, 2012, p. 38) diz que: “ao professor cabe-lhe tornar-se organizador do meio social, que é o único fator educativo”. Conforme as autoras Furtado e Franarin (2012, p. 38) “Como seres sociais aprendemos a partir da relação com o outro, com a troca, o falar e ouvir, o criar e recriar”.

Foto 10: Momento de descontração na sala de aula



Fonte: Imagem da pesquisa

Foto 11: Momento de descontração fora da sala de aula



Fonte: Imagem da pesquisa

De acordo com a citação acima, fica claro que: no espaço escolar, a criança estará sob o olhar da professora, sendo auxiliada por sua mediação e intervenção. O professor deve organizar esse meio social, com regras claras que os alunos ajudam a criar e o seu cumprimento para um convívio social mais harmonioso.

Durante essas observações, as crianças não demonstraram conflitos e tensões em relação à classe social, pois, todos se encontram no mesmo nível econômico.

Os maiores conflitos e agressões acontecem a partir do preconceito e discriminação com as características culturais próprias, que foi observado em uma das falas das alunas abaixo:

“Tia, eles estão rindo e dizendo que meu cabelo é ruim. E me chamando de bruxa”. (Aluna, 8 anos, parda).

“Tia, ele está me chamando de branquela”.
(Aluna, 8anos, branca).

Já em relação à idade houve momentos de preconceitos e conflitos entre os adolescentes e as crianças. Os próprios pais não ficaram satisfeitos em ver os adolescentes no meio das crianças. E para solucionar esse problema a direção achou melhor transferi-lo para a noite. Os outros adolescentes já haviam sido transferidos por motivo de mudança de residência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluirmos podemos observar que o presente trabalho tem como principal objetivo analisar o ambiente escolar a partir da problemática da inclusão e da diversidade sociocultural existente no 3º ano do ensino básico que funciona na Escola Estadual Miguel Santa Cruz do município de Monteiro-PB, com a finalidade de observar e refletir sobre as práticas pedagógicas que contemplem a diversidade sociocultural do alunado.

Diante das informações necessárias para a pesquisa bibliográfica pode-se concluir que o trabalho educativo necessita ser mais criterioso e que o respeito e o cumprimento das determinações legais devam ser de fato cumpridos para que se efetive na prática a melhoria da qualidade do ensino nas escolas.

Sabemos que o respeito à diversidade e as diferenças vão além de um problema escolar, mas acreditamos ser a escola o lugar, por excelência, com maior capacidade de empreender alternativas de solução ou de minimização dessa desigualdade.

A partir da pesquisa realizada foi possível perceber que os conflitos e tensões acontecem por causa do preconceito e discriminação com as características culturais próprias do alunado, com a idade, com deficiência física e intelectual entre outras diferenças. Para diminuição desses problemas a lei 10.639/3 tem sua importância no combate ao preconceito e a discriminação em sala de aula, abordando a temática: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena se faz necessária para valorizar, resgatar nossa história, nossa raiz africana e, assim, promover a inclusão social.

Esse conhecimento pode contribuir para que educadores possam, durante sua prática cotidiana, pensar e planejar uma intervenção pedagógica que contemple as funções daquilo que, institucionalmente, é a competência da escola, enquanto espaço da educação.

É preciso enfatizar que a problemática da educação inclusiva é um processo em construção, mas que a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma das ações que tem proporcionado mudanças significativas na organização da escola e na qualidade das respostas dadas as necessidades dos alunos com deficiência. Por tanto, o AEE deve estar contemplado no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Onde o aluno deverá estar matriculado e cursando o ensino regular e no turno inverso, matriculado e frequentando o AEE. Essas pessoas com deficiência são capazes de superar preconceitos e desenvolver habilidades, mesmo, com suas limitações.

Com base nos estudos dessa pesquisa fica evidente que a formação continuada dos docentes é de extrema importância para responder à diversidade sociocultural e a diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem de seus alunos.

Por fim, devemos considerar a diversidade dos alunos como elemento essencial a ser tratado para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem, considerando o “outro” como diferente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: faça valer na prática os direitos das crianças e adolescentes. Lei Estadual nº 7.273/2012. Paraíba: CEDCA, 2011.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Temas Transversais e Ética/Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. 8 ed. Brasil: MEC / SEF, 1998.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Relações de Gênero na educação infantil. In.: COSTA, Marcus Joelby Bezerra; RAMOS, Melissa Gusmão. **Diversidade e direitos humanos na Educação Infantil**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012, p. 107-142.
- DEMO, Pedro. **Educador pela pesquisa**. Campinas SP. Ed. Autores Associados, 1996.
- DELVAL, Juan. **Introdução à prática do método clínico**: descobrindo o pensamento das crianças. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- DIAS, Reinaldo. **Cultura Organizacional**. Campinas SP. Editora Alínea, 2003.
- DUK, Cynthia. **Educar na diversidade**: material de formação docente. 3. ed. Brasília: [MEC, SEESP], 2006.
- FERREIRA, W. B.; MARTINS, R. C. B. **De docente para docente**: Práticas de ensino para a diversidade na educação básica. São Paulo: Summus Editorial, 2007.
- FERREIRA, Windyz Brazão. Educação Inclusiva. In.: COSTA, Marcus Joelby Bezerra; RAMOS, Melissa Gusmão. **Diversidade e direitos humanos na Educação Infantil**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012, p. 143-200.
- FURTADO, Nina Rosa; FRANARIN, Tatiana da Costa. Conhecer para mediar. **Revista Pátio**: Educação Infantil. Porto Alegre - RS: FNDE, 2012, p. 36-38.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 9 ed. Tradução de Maria Thereza da Costa. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GONZAGA, Amarildo Menezes. A pesquisa em educação: um desenho metodológico centrado na abordagem qualitativa. In: PIMENTA, Selma Garrido; Evandro; FRANCO, Maria Amélia. Santoro (Org.). **Pesquisa em Educação**: alternativas investigativas com objetos complexos. Edições Loyola, 2006.
- KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**: Teoria a Ciência e Prática da Pesquisa. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

ONU, **Convenção dos direitos da Pessoa com Deficiência**. Organização das Nações Unidas. Nova York, 2006.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a Educação?** Tradução de Ivete Braga – 18ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

PEREIRA, Marilú Mourão. **Inclusão Escolar: Um desafio entre o ideal e o real**. Disponível em: <<http://www.faders.rs.gov.br/uploads/1222278773InclusaoxEscolarxUmxDesafioXentrexoXIdealxexoxRealxMariluxMouraoxPereira.pdf>> Acessado em: 01/07/2014.

RODRIGUES, Marcelino Euzebio. Cultura afro nas aulas de arte. **Revista Presença Pedagógica**. Belo Horizonte, MG: FNDE, 2012, p. 32-37.

SILVA, M. J. A.; BRANDIM, M. R. L. **Multiculturalismo e educação: em defesa da diversidade cultural**, 2008. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/parnaiba/arquivos/files/rd-ed1ano1-artigo4_mariasilva.PDF> Acessado em: 01/07/2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia de trabalho científico**. 23. ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VALENTE, A. L. **Educação e diversidade cultural: um desafio da atualidade**. São Paulo: Moderna, 1999.

VALLADARES, Licia. **Os dez mandamentos da observação participante**, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100012> Acessado em: 01/07/2014.

VERGARA, Silvia Constant. **Projetos e relatórios de Pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2007.